

Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
ENFOQUES E AGENDAS**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: enfoques e agendas /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
214 p. : 916 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira;
v. 6)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-79-0
DOI 10.22533/at.ed.790182703

1. Direitos humanos na educação. 2. Educação e Estado –
Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos
aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

EIXO 1: DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DO SABER FILOSÓFICO

Tércio Ramon Almeida Silva e Patrícia Cristina Aragão 6

CAPÍTULO II

DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR E ORGANIZACIONAL – UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DOCUMENTAL NA PARAÍBA

Raquel Martins Fernandes Mota, Jonas Cordeiro de Araújo, Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto, Hiago Felipe Lopes e Amanda Silva de Lima 15

CAPÍTULO III

EMPREENDENDO A EXCELÊNCIA DOS VALORES HUMANOS NAS ESCOLAS DE IGARASSU: NÃO AO BULLYING, AUTOMUTILAÇÃO E QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

Arlene Benício de Melo Alves 36

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DETERMINANTES NO CONTEXTO FAMILIAR E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ronaldo Silva Júnior e Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes 45

EIXO 2: GESTÃO

CAPÍTULO V

A COORDENAÇÃO DO 1º SEGMENTO NO CAP JOÃO XXIII/UFJF: A BUSCA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Miriam Raquel Piazzzi Machado e Alesandra Maia Lima Alves 55

CAPÍTULO VI

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Maria Virlândia de Moura Luz, Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira, Zélia Maria de Lima Pinheiro, Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá, Rosiléa Agostinha de Araújo e José Cleóstenes de Oliveira 65

CAPÍTULO VII

NOÇÃO DE MARKETING EDUCACIONAL: A PARTIR DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL FENELON CÂMARA

Ilda Andrade de Lima 78

CAPÍTULO VIII

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA POLÍTICA DE APROXIMAÇÃO PARENTAL SOB A
ÉGIDE DA GESTÃO ESCOLAR?

Josilene Queiroz de Lima 88

EIXO 3: SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO IX

O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A
IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Angely Dias da Cunha e Jéfitha Kaliny dos Santos..... 101

EIXO 4: SOCIOLOGIA E FILOSOFIA

CAPÍTULO X

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Marineide da Mota Mercês e Maria do Carmo Barbosa Melo..... 118

CAPÍTULO XI

A INFLUÊNCIA DA SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA NA CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS
DE APRENDIZAGEM

Ana Lucia Andruchak 133

CAPÍTULO XII

AS FILOSOFIAS E A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI: CONHECIMENTO E AÇÃO

Otacílio Gomes da Silva Neto 141

CAPÍTULO XIII

CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO PARA A ENFERMAGEM:
REFLEXÕES TEÓRICAS

Bruno Neves da Silva e Manoel Dionizio Neto 153

CAPÍTULO XIV

CINE DIÁLOGOS: CONTRIBUIÇÕES À ORGANIZAÇÃO DO CINEMA E AO USO DE FILMES
EM SALA DE AULA

Dannyel Brunno Herculano Rezende..... 163

CAPÍTULO XV

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA REPRODUÇÃO NO SUCESSO ESCOLAR, SOB A
ÓTICA DA SOCIOLOGIA DO IMPROVÁVEL

Germana Lima de Almeida, Danielle dos Santos Costa e Constantin Xypas 175

CAPÍTULO XVI

O DESAFIO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

*Ana Paula Ferreira Agapito, Adriano Amaro da Silva, Claudivania de Almeida
Laurentino, Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho e Lielia Barbosa Oliveira*... 188

CAPÍTULO XVII

SUCESSO ESCOLAR IMPROVÁVEL: ASPECTOS DISTINTIVOS DE UMA TEORIA DA REPRODUÇÃO NO BRASIL

Danielle dos Santos Costa, Germana Lima de Almeida, Iuska Kaliany Freire de Oliveira e Constantin Xypas..... 196

CAPÍTULO X

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

**Marineide da Mota Mercês
Maria do Carmo Barbosa Melo**

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Marineide da Mota Mercês

Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte

Nazaré da Mata - PE

Maria do Carmo Barbosa Melo

Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte

Nazaré da Mata – PE

RESUMO: O cerne desse estudo será buscar, a partir de uma revisão bibliográfica, o entendimento sobre como a educação tem se colocado frente às novas configurações familiares, e conseqüentemente, como a escola vem se preparando para acolher as demandas oriundas desses novos formatos de família. A compreensão do sentido social não está fixada em aspectos limitados, ela obedece à dinâmica do sujeito singular e social que visa reconhecimento de pertença, justificada em sua identidade no meio ao qual estar inserido. Pretende-se com este estudo não apenas problematizar a temática, outrossim, tem-se o viés intencional de dialogar sobre essa importante familiaridade entre esses dois universos tão importantes para o desenvolvimento do sujeito, que tem na família, o seu primeiro encontro de pertença social, e na escola através dos múltiplos saberes e processos de multidisciplinaridade, a ampliação do sentido de pertencimento, considerando ainda a contribuição dos demais atores do campo social. Está a escola e, sobretudo a educação, preparada para tais desafios?

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Família. Sociedade. Identidade. Pertencimento.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é, sobretudo, um ambiente social, por ser essencialmente o lugar de reconhecimento do conhecimento humano. Aprender e ensinar requer uma pluralidade não fixada, pois as demandas emergem do sujeito e este sempre será alimentado por seus sentimentos de pertença e identidade. Pensar a escola através de sua história é tarefa multidimensional, uma vez que o processo de formação da educação se deu também a partir dos importantes momentos de mudanças, especialmente, culturais vivenciados pela sociedade. A escola tem um papel fundamental na construção dos sujeitos, considerando ainda que é um espaço onde se deve acolher e cuidar das diversidades humanas, promovendo conhecimentos baseados nas demandas que favoreçam identificações singulares e coletivas. Nesse sentido, faz-se importante entender as novas configurações sociais, interesses e protagonismos dos sujeitos acerca de suas identidades e direitos, bem como a forma como se tem tratado tais temáticas nos espaços de formação educacional. A compreensão do sentido social, não está fixado em aspectos limitados, ela obedece à dinâmica do sujeito singular e social que visa

reconhecimento de pertença, que se justifica em sua identidade no meio ao qual estar inserido.

Socialmente, tem-se trabalhado a formação de grupos que visam proporcionar o empoderamento dos sujeitos a partir de sua identidade, fazendo conhecer as infinitas diversidades existenciais dos sujeitos, que não cuidam apenas de suas diferenças de forma individual, mas que busca entender-se dentro de um contexto coletivo que muito contribuem para sua compreensão de pertencimento. Tratar desses importantes aspectos implica enfrentamentos que perpassam as condições existenciais da pessoa humana. Para LACAN (1999) “[...] não há sujeito se não houver um significante que o funde” (p. 195). Assim, pensar esse sujeito sem considerar o meio onde o mesmo está inserido, sem pensar sobre suas configurações familiares, sem pensar sua cultura e sobretudo os elementos necessários para que ele possa sentir-se pertencente, poderá significar a negação do mesmo e de sua identidade. A importância de entender e reconhecer ser a família o espaço que irá promover o primeiro encontro do sujeito com a sociedade, e ainda como o lugar que irá construir o pertencimento do sujeito em si, para si e para a sociedade da qual ele fará parte, têm-se intensificado no campo escolar de forma *sine qua non*. Quando a escola não reconhece a diversidade do sujeito, ela automaticamente bloqueia a promoção e garantia dos direitos equânimes dos mesmos, e ainda engessa os formatos, retroalimentando estigmas e inviabilizando o sentimento de pertença dos sujeitos no universo escolar. No processo educacional as identidades precisam ocupar um lugar favorável para o reconhecimento de pertença social dos sujeitos. Aproximar-se desse entendimento será possível quando o diálogo estabelecido visar sua expressão transicional, que é a execução das elaborações subjetivas que constroem e articulam seus objetivos de forma dialogada entre o eu e o outro, bem como as diferenças existentes. Para HALL (1997), “[...] ao examinar sistemas de representação, é necessário analisar a relação entre cultura e significado” (p. 17). A partir do autor, a importância dos sistemas de representações só será entendida quando se compreender a sua relação de pertença, isso se ajusta quando se pensa nos sujeitos singularizados por sua essência única, mas que pertence ao outro através de sua história cultural que proporciona o entendimento dos seus significados.

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (WOODWARD, 2000, p. 17).

O ambiente educacional favorece a compreensão das representatividades sociais, e ainda é uma inesgotável fonte de saberes. A cientificidade acadêmica tem uma importância imprescindível para o desenvolvimento social nas mais variadas formas de sustentação humana, mas a troca e a construção dos saberes a partir das pertenças identitárias promovem o conhecimento do sujeito que se pensa, que se elabora e que se descobre no outro, promovendo assim as vivências coletivas que

irá subsidiar o crescimento plural dos indivíduos. O caráter interdisciplinar do universo escolar é favorável para a compreensão de mundo nos mais variados aspectos, e sua importância justifica as ações educacionais propostas. O sentido de buscar a construção dos sujeitos a partir desses espaços deve configurar o avanço para a educação dialogada e compartilhada com ele próprio em identidade e pertencimento.

Hodiernamente encontramos a sociedade imbuída em buscar sentido e reconhecimentos a partir de suas identidades socioculturais a fim de justificar a importância e contribuições oriundas das produções singularizadas e coletivas. Ser escritor, por exemplo, será validado ou não, no sentido de sucesso, quando o que se pesquisa for fonte de contribuição para um determinado fim ou grupo social. Isso pode ser a explicação para a mutação das sociedades, ou ainda, para compreensão da diversidade humana, que é plural e, sobretudo não fixada em um só interesse. De outra forma, não se teria como objetar entendimentos para as mudanças ou como dimensionar a atribuição necessária para que as mesmas aconteçam. Nesse sentido, este estudo propõe em si, repensar a lógica social atribuída a família, visando entender as novas configurações familiares, amparando-se nos construtos da educação formal, como um universo transformador que é, ou deveria ser para a sociedade. A pluralidade do sujeito social, amparada pelas leis que visam garantir a equidade social, precisa ser a mesma discutida na escola, de fora para dentro e de dentro para fora, fortalecendo sua aproximação e parceria com os arredores dos seus muros, com os demais atores do campo social; promovendo nesse sentido o sentimento de pertença para os mais diversos segmentos da condição humana. Estar na escola precisa alcançar o mesmo patamar do “ser” e permanecer na escola, que precisa configurar o indivíduo numa dinâmica de ação reflexiva de modo a se sentir construtivo, mas que possam dá conta do seu desenvolvimento biopsicossocial.

A escola formal obedece a uma dinâmica curricular que nem sempre contempla ou garante o desenvolvimento e aprendizado de seu corpo discente, prova disso está nos baixos resultados de aprendizagem, alcançados dentro da realidade da educação no Brasil. O que nos faz pensar algumas rupturas e dicotomias entre a importância de se avançar no desenvolvimento e aprendizado dentro das dinâmicas e regras curriculares, ou se escola precisa retomar na educação brasileira, algumas antigas e eficazes posturas sociais, onde os currículos eram exaustivamente trabalhados, mas a escola tinha um conhecimento mais amplo da vida social do seu alunado, com intervenções que garantiam sua permanência no universo escolar. Nesse sentido encontramos muitas explicações que pouco fazem sentido para entendermos efetivamente onde se perdeu o interesse entre escola e sociedade, quando sabemos que os mais complexos enfrentamentos da escola com o seu público, dar-se justamente pela pouca importância ofertada as demandas familiares e sociais.

Muito provavelmente encontraremos um significativo número de escolas que trabalham dentro dos contextos sociais, que conhecem a estrutura familiar do seu corpo discente e nesse sentido organizam um espaço em suas atividades ou mesmo

em seus currículos para trabalhar essa multiplicidade de demandas, quais entendemos e chamamos de diversidade. Podemos citar como exemplo as Escolas Municipais: Escola Antônio Vilaça, Tancredo Neves, João Duarte entre outras, que são adaptadas para receber alunos com necessidades específicas, e seus professores trabalham em parceria com outras secretarias da rede municipal, temos como exemplo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SDSC, Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC e a Secretaria Municipal de Saúde. Localizadas na cidade de Limoeiro-PE, desenvolvendo estratégias para fortalecimento dos vínculos familiares, educacionais e sociais. E, são exatamente essas escolas que tem alcançado um resultado positivo tanto em números e resultados de desenvolvimento e aprendizado, bem como em sua relação com o lugar onde estão inseridas, uma vez que, entende-se que é nas relações sociais que se fortalecem o compromisso com o desenvolvimento e aprendizado no universo escolar.

Então a tarefa passa a ser ainda mais complexa quando se pretende falar sobre a importância da família frente ao processo educacional, mesmo concordando com o caráter formador e socializador que a escola precisa ter. Compreendemos inúmeras responsabilidades já tão cobradas política e socialmente, do universo escolar, entretanto, não podemos abrir mão de sua imprescindível e importante parceria no âmbito social, como também não podemos abrir mão do sentido de pertença que precisa ser alimentado a partir desse universo. Em seu livro, *A casa da Madrinha*, BOJUNGA nos convida a repensar sobre o caráter acolhedor que os profissionais da educação precisam ter para com o seu público. Mostrando ainda que conhecendo a realidade do seu alunado, poderá entender mais significativamente tanto os enfrentamentos, quanto a necessidade de ser de algum lugar, de alguém, ou ainda de se referendar a partir de alguma coisa que o faça, pelo menos por um momento, não apenas esquecer sua dura realidade de vida, mas aprender a enfrentar os desafios a fim de superá-los, para se deleitar com as descobertas do outro e de si.

[...] – E você onde é que mora?

Vera apontou uma plantação de flor:

– A casa é no fundo. Tem um quintal superlegal: vai até o rio.

– E o rio também é teu?

– Não, é dele mesmo. (BOJUNGA, 2002, p.10)

Para este estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica considerando a necessidade em relevar o debate no sentido de se apropriar de fundamentos, conceitos e procedimentos que podem contribuir para pertinentes intervenções, especialmente, na escola quanto o que se vê e o que se ouve a respeito de todo e qualquer manifestação que contrarie a educação homogenia. Considerando que a falta de formação nesse sentido pode comprometer o direito a cidadania.

Para a discussão envolvendo tais questões, este artigo estrutura-se da seguinte forma: primeiramente explicitam-se a complexidade e as mudanças na formação familiar enquanto novas configurações e seus reflexos na escola, em

seguida são trazidos três pilares como o fortalecimento dos vínculos familiares e a importância dos vínculos de pertencimento social que deve favorecer o protagonismo do sujeito no contexto sócio político, cultural e educacional, redimensionadores do novo perfil que vem consolidando a nova família nos dias atuais, refletindo sobre o modo como esse novo perfil reflete na escola.

FAMÍLIA NÚCLEO DA DIVERSIDADE

A história da família ao longo do tempo tem se construído sobre vários vieses, sobretudo quando reparamos pelas grandes transformações humanas, o que vem se justificando na nascerça dos vários tipos de configurações familiares. A família inicia sua história com a configuração de patriarcado, que embora consideremos os avanços, bem como o seu desuso, este modelo perdura até o século XXI, tendo em vista que ainda sofremos por seus resquícios, onde pelo menos o estigma ainda nos convida a retomarmos as discussões acerca dos valores e das diferenças de diversidade de gênero, relação racial, tolerância religiosa, da própria relação familiar, etc., dentro e fora dos grupos familiares. Nesse sentido, as experiências reais apontadas pelo campo social e político propõe uma reflexão sobre o quanto, realmente, avançamos nesse contexto e ainda o quanto precisamos avançar para não cairmos em retrocessos que fatalmente se refletirá nos desajustes que inviabilizam o crescimento individual e coletivo.

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970 apud SCOTT, 1995).

Diante o modelo que dá poder a um em detrimento de outros, não seria fácil sua destituição, e em vista disso, reconhecer a importância da mulher enquanto pessoa apta a conduzir um grupo familiar teve em si inúmeros enfrentamentos, a começar por sua inserção no mercado de trabalho para além de sua jornada doméstica, quando além de ter a responsabilidade de manter a família e a casa, ainda teria de organizar-se profissionalmente. Esta tarefa ainda trouxe alguns desdobramentos, como por exemplo, a disponibilidade de cursos profissionalizantes que tinham direcionamentos apenas para os homens, ficando para as mulheres às profissões muito comparadas as pretensas de quando as tarefas domésticas eram consideradas enquanto única labuta possível. Assim, o empoderamento da mulher teve um custo alto em vários sentidos, bem como o seu próprio reconhecimento de poder travar batalhas para ser sujeito de importância nas contribuições sociais, políticas e culturais e, ainda, fortalecer-se em igual valor na sociedade contemporânea. Se para reconhecer a mulher como pessoa capaz de prover um

grupo familiar foi um processo árduo e permeado por barreiras, social e política impostas, não poderia se pensar em formatos mais brandos para as novas configurações familiares nascentes, como por exemplo, núcleos compostos por duas mulheres, ou por dois homens. Estes grupos apesar de suas incansáveis lutas e conquistas de direitos, ainda sofrem preconceitos e rechaços por vários outros grupos, apesar de ser uma realidade vivida por milhares de pessoas e que tem resultados positivos na construção de pertença familiar. E como colocou a Corte de Justiça do RS, segundo GORGES (2001 apud FARIAS, 2001):

União homossexual. Reconhecimento. Partilha do patrimônio. Contribuição dos parceiros. Meação. Não se permite mais o farisaísmo de desconhecer a existência de uniões entre pessoas do mesmo sexo e a produção de efeitos jurídicos derivados dessas relações homoafetivas. Embora permeadas de preconceitos, são realidades que o Judiciário não pode ignorar, mesmo em sua natural atividade retardatária. Nelas remanescem consequências semelhantes às que vigoram nas relações de afeto, buscando-se sempre a aplicação da analogia e dos princípios gerais do direito, relevados sempre os princípios constitucionais da dignidade humana e da igualdade. Desta forma, o patrimônio havido na constância do relacionamento deve ser partilhado como na união estável, paradigma supletivo onde se debruça a melhor hermenêutica. Apelação provida, em parte, para assegurar a divisão do acervo entre os parceiros. (sp.)

No campo afetivo, as novas configurações familiares têm ganhado novos direcionamentos, hoje o diálogo apesar de mais aberto para as temáticas que no passado eram considerados enquanto tabus, tem-se mantido mais escassos devido aos interesses individuais dos seus membros observa-se que, o crescimento tecnológico tem colocado uma nova dinâmica familiar dificultando o acesso para as trocas afetivas desencadeado, novas formas comportamentais que dificultam a construção de pertencimento. Para o advogado e professor de direito, Luiz Edson Fachin (2000 apud GIRARDI, 2001).

Numa sociedade de identidades múltiplas, da fragmentação do corpo no limite entre o sujeito e o objeto, o reconhecimento da complexidade se abre para a ideia de reforma como processo incessante de construção e reconstrução. O presente plural, exemplificado na ausência de modelo jurídico único para as relações familiares, se coaduna com o respeito à diversidade, e não se fecha em torno da visão monolítica da unidade. (p.147).

Considerando as inúmeras transformações políticas e sociais no campo familiar e ainda as mudanças em seus formatos, como família extensa, família desconstruída, família monoparental, família recomposta e homoparental, e ainda no que tange a diversidade de gênero, raça, religião e interesses plurais, faz-se importante entender a importância de se reparar no campo de pertencimento a influência trazida pelos grupos familiares na construção dos sujeitos e o quanto ela pode ser positiva ou não, em suas respectivas reconstruções. Segundo a psicóloga e terapeuta familiar Cristina de Oliveira Zamberlam:

Nunca antes as coisas haviam mudado tão rapidamente para uma parte tão grande da humanidade. Tudo é afetado: arte, ciência, religião, moralidade, educação, política, economia, vida familiar, até mesmo os aspectos mais íntimos da vida – nada escapa (ZAMBERLAM, 2001 p.11).

É muito comum nos depararmos com discursos sociais de que determinada família é estruturada por ser composta de pai e mãe que trabalham, ou que sejam abastados ou mesmo por ser de sobrenome “x” ou “y”. Se trouxermos tal reflexão para a relação racial, a família negra sempre foi colocada de forma inferior à família branca, onde uma teria resultados positivos por ser o que já eram “brancas”, e estes já nasciam como pessoas natas para o desenvolvimento social, intelectual, etc., enquanto a família negra nascia para servir e fazer com que a profecia ariana se cumprisse. Em uma palestra ministrada pelo sociólogo e professor, Dr. Kabengele Munanga, DIVERSIDADE, IDENTIDADE, ETNICIDADE E CIDADANIA, possibilitou um entendimento mais ampliado sobre estas importantes temáticas que devem e precisam ser observados para entendimento do conceito de sociedade e pertencimento.

Todos nos, homens e mulheres somos feitos de diversidade. Esta, embora esconda também a semelhança, é geralmente traduzida em diferenças de raças, de culturas, de classe, de sexo ou de gênero, de religião, de idade, etc. A diferença está na base de diversos fenômenos que atormentam as sociedades humanas. As construções racistas, machistas, classistas e tantas outras não teriam outro embasamento material, a não ser as diferenças e as relações diferenciais entre seres e grupos humanos. As diferenças unem e desunem; são fontes de conflitos e de manipulações socioeconômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a construção de estereótipos e preconceitos diversos (MUNANGA, 2000).

E toda essa trajetória de injustiças nas relações raciais se justifica ao longo da história, quando se pode compreender por que a pobreza financeira está para a pessoa negra, ou por que as profissões subalternas também estão destinadas as mesmas, e ainda por que se tem de defender o sistema de cotas, etc. E a resposta para estes e tantos outros questionamentos estão na negação e violação de direitos igualitários para todas as pessoas, e nesse sentido, subjugar o outro por sua situação e condição de sobrevivência sem atentar para os importantes fatores que proporcionaram o fracasso social, seria minimamente uma tentativa de dizer que a sociedade como um todo “não tem nada a ver com isso”, quando podemos entender que a disparidade existente na distribuição dos recursos financeiros é significativamente uma construção histórica, assim, as vítimas oriundas dessa má distribuição de renda, negação e violação de direitos, e ainda na subjugação de valores, não poderá ser justificada em suas vítimas, fazendo-se então mais que necessário o acompanhamento e empoderamento destas camadas sociais, para que conhecendo as políticas públicas criadas para minimizar as graves injustiças

vivenciadas, possam se reconstruir enquanto pessoa de direito e pertencimento social.

A família influencia seus membros das formas mais diversas, esperando fazer deles um prolongamento de si mesma e de seu meio cultural. Sendo o principal agente de socialização, facilitará a apreensão da criança do seu papel, participando do mundo social e interiorizando-o. Na família modela-se ou programa-se o comportamento e o sentido de identidade da criança (SANTOS, 2007, p. 21).

Considerando a importância da família enquanto primeiro grupo de pertencimento e responsável primeiro pela construção de socialização faz-se necessário atentar para sua dinâmica, como se dá as formas de conduzir a formação de sujeito dos seus membros. É importante que os demais atores no campo social e político tomem seus respectivos lugares como também responsáveis na construção do processo de socialização, realizando efetivamente a execução das políticas públicas destinadas para este fim e ainda contribuindo com eficácia na garantia de direitos e com a reparação imediata das violações de direitos. Entretanto, é preciso atentar para uma organização familiar na qual o afeto seja um instrumento significativo na construção dos seus sujeitos, no qual o mesmo possa sentir-se pertencente ao núcleo e nesse sentido, a importância de se pertencer a um lugar onde estão suas raízes socioculturais possa servir para fortalecimento dos seus vínculos no universo onde está inserido.

Para a criança em processo de desenvolvimento, bem como, para o adolescente, entender a importância que sua falta faz no contexto social e familiar, deve servir como ponto de partida para as tomadas de decisões do sujeito em sua vida adulta. As responsabilidades precisam ser ensinadas dentro de uma lógica existencial positiva, pois o contrário disso, quando é ofertado em caráter punitivo e ameaçador a sua existência, o sujeito tende a se defender com a maturidade que tem, e nem sempre estão preparados para discernir sobre tais atitudes, pois ainda lhe falta subsídios para dimensionar as consequências que essas atitudes poderão trazer a sua vida.

Outro relevante fator para a construção dos sujeitos no campo sociocultural é a importância que tem o mesmo sobre o olhar da sociedade, ou seja, se por fatores como relação racial, condição financeira, negação dos direitos básicos para o seu desenvolvimento, como saúde, moradia, educação, etc., e ainda sobre abandonos e rechaços de vários aspectos. Não se forma cidadãos estruturados oriundos de realidades tão negativas e violadoras de seus direitos. Esta é uma falácia social, que exige o que não oferta, e ainda criminaliza sua não subserviência.

Pensar as construções e configurações familiares sem retornarmos a família do passado, levando em consideração seus comportamentos, certamente dificultaria as identificações necessárias para compreender onde estão às mudanças, se configuram ou não, enquanto relevantes para repensar os valores familiares. De certo, os interesses da família contemporânea estão bem afastados da família do passado, isso se justifica nos interesses plurais e na diversidade social,

afetiva, profissional, cultural, política e etc. das pessoas do século XXI, tudo isso ainda considerando os grandes avanços na compreensão de gênero, relação racial, credo, etc. Entretanto, há três recortes da família do passado que sofreram transformações na família contemporânea, recortes estes que nos convidam refletir minuciosamente nas relações familiares: Respeito, Afetos e Diversidade.

2- MESMOS PILARES – NOVOS CONCEITOS: RESPEITO, AFETO E DIVERSIDADE

O que nos permite refletir sobre respeito, afeto e diversidade, e considerar que houve mudanças conceituais é que com o entendimento das garantias de direitos equânimes trazidos pela contemporaneidade, através das leis específicas, pensadas para este fim, a sociedade passou a comportar-se de forma diferente que antes. Se no passado ser diferente ou comportar-se de forma diferente, legitimava as chacotas, chistes, etc., hoje o que é legítimo é considerar enquanto direito de todas as pessoas sua condição humana, o direito de que ela seja o que pode ser e não o que as padronizavam e normatizavam para que fossem respeitadas enquanto sujeitos de direitos.

Se na família do passado o respeito era uma imposição, podemos considerar um avanço da relação humana quando nos deparamos com a transformação de imposição para conquista. Hoje o respeito é algo que precisa ser conquistado mediante sua oferta. Pais, mães, responsáveis e cuidadores que respeitam seus filhos e que se respeitam entre si, garantem efetivamente essa conquista. Esse novo entendimento obrigou também a escola a repensar seu comportamento, suas atitudes e tratamento tanto para o corpo docente quanto para o discente. Mesmo entendendo que ainda há pela frente um grande aprendizado para os que pensam e fazem a educação percorrer. Infelizmente ainda encontramos em grande número uma escola que escolhe o tipo de aluno que deseja ter, e em contra partida criminaliza todo o resto sobre vários aspectos: ora pela condição econômica, ora pela religião, pela relação étnica racial, pela diversidade de gênero, dentre outras coisas tão ou mais graves.

No que tange aos afetos, se no passado estes foram considerados enquanto honra familiar, a obediência e o incondicional amor pelos pais, mães, irmãos e familiares em geral, também se pode identificar uma significativa mudança. Os afetos hoje são oriundos das trocas, da compreensão e da maneira como são ofertados os cuidados entre os membros de um núcleo familiar. Poderíamos dizer que hoje o amor incondicional passou a ser mais racional, e ocupando o lugar da razão ele ganhou um novo significado facilmente encontrado nas trocas afetivas. Entretanto, esta racionalidade proporcionou outros desdobramentos, pois a falta afetiva deixou de ser banalizada para ocupar um lugar de desamparo que muito tem contribuído para as rupturas dos vínculos familiares, e nesse sentido, a afetividade deixando de ser alienada passou a ser verbo de ação na construção das identidades e pertença familiar, podendo trazer graves consequências na formação do sujeito. Pensado no universo escolar, logo encontraríamos um, forte grupo que sairia na

defesa da escola, com o discurso que a mesma não fora pensada para a afetividade; entretanto, já que não se pode considerar que na escola não se precisa trabalhar com os afetos, então que não se trabalhe o ódio, as escolhas de uma pessoa ou mesmo de um determinado grupo de pessoas em detrimento às outras. Pois da mesma forma que faz bem quando o aluno ou aluna entende que é acolhida em tudo que faz, tenhamos a certeza e consciência que o contrário disso causa graves adoecimentos, muitas vezes com evoluções de cunho irreparáveis para o sujeito. Quantos casos mais de perdas humanas precisaremos ter dentro do universo escolar, precisará ter a escola para entender que seu compromisso perpassa ao cumprimento curricular, ou ainda, que para cumpri-lo faz-se necessário o uso de ações que promovam afetividade no tratar e no agir docente e discente. Obviamente que nada se consegue de uma hora para outra, que esses resultados são possíveis a partir de uma construção diária, de posicionamentos que possibilitem não apenas as reflexões, mas que tragam mudanças significativas para o desenvolvimento e fortalecimento da pessoa vista por sua plural condição humana.

E por fim, uma vez que separamos apenas três temas de observação, a Diversidade no contexto familiar nos permite incluir inúmeros temas transversais, como por exemplo: relação racial, sistema de classes, laicidade, homossexualidade, profissão, gênero, cultura, etc. Estas transversalidades não eram permitidas na família do passado, entretanto, hodiernamente ela é discutida nos mais diversos núcleos familiares. A segregação e injustiça racial passaram a ser apontamentos entre pais, mães e cuidadores que tiveram que ouvir seus filhos e filhas ávidos por mudanças e equidade social, política, jurídica, psíquica, etc. Filhas e filhos que exigiram que seus pais, mães e cuidadores repensassem suas atitudes e sofrimentos vividos pelo preconceito e discriminação racial, para que pudessem juntar-se as suas respectivas indignações sobre um processo injusto que criminalizou as pessoas negras pela pigmentação de sua pele. Assim também se deram as discussões familiares sobre as religiões e sobre a laicidade constituída. Como também a homossexualidade não mais atribuída apenas com quem se faria sexo, mas com quem e para quem seria ofertado e compartilhado os seus afetos, o direito de amar a quem quisesse.

Não menos importante, mas tão decisiva no campo das realizações pessoais, no passado a família escolhia a profissão dos seus filhos, hoje a família é comunicada sobre qual a profissão escolhida, como a cultura a ser seguida. No que diz respeito ao gênero e a submissão de um em detrimento do outro, as relações homens e mulheres muito avançaram no contexto familiar e no sentido de equidade e direitos, mas infelizmente a cultura do estupro, do machismo e do sexismo que afeta tão violentamente ao gênero feminino, ainda levará anos para uma desconstrução nos núcleos familiares e assim ocupar avanços maiores na sociedade. Pois se a família foi um dos atores que protagonizou a construção do machismo, será também seu papel trabalhar em sua desconstrução, e para tanto, entende-se que a escola tenha subsídios mais que suficientes para enfrentar e mediar tamanha intervenção social.

Considerando que o papel da escola no que tange a diversidade tão necessariamente discutida, mas infelizmente ainda pouco problematizada no sentido de contribuir para que as garantias não sejam apenas mais um discurso, é preciso pensar à quem serve a escola quando não repara em suas ações, ou mesmo quando entendendo que está negligenciando importantes papéis que devem sim fazer parte do seu currículo, continuam com suas velhas práticas. Para explicar melhor, retomamos a questão da laicidade. Como pode a sociedade entender que a escola vive em estado laico, quando ela normatiza uma ou outra crença religiosa e apenas tolera as demais de forma superficial? A intolerância religiosa é fruto do não entendimento do significado da laicidade e da diferença entre ambas. O sujeito pode tolerar apenas o que convém, mas o que está previsto constitucionalmente ele precisará acatar. Portanto, a laicidade de um Estado não significa que o mesmo seja contra a religião, significa apenas que suas decisões são tomadas pela classe política e não pela religiosa.

A laicidade é sobretudo um fenômeno político, vinculando-se com a separação entre o poder político e o poder religioso. Expressa a laicidade, a afirmação da neutralidade do Estado frente aos grupos religiosos e a exclusão da religião da esfera pública. (RAQUETAT Jr. p. 11)

Assim fica posto que, não si deve falar em Educação e sobre as novas configurações familiares, sem nos debruçarmos sobre os aspectos políticos no que tange ao universo escolar. A educação no Brasil tem sofrido inúmeras mudanças, e infelizmente, nem todas foram pensadas como promoção e garantia de direitos. Como poderemos falar sobre diversidade sem nos debruçarmos profundamente sobre o que insiste em chamar de Ideologia de Gênero, quando na verdade não existe uma ideologia e sim uma condição humana que integra as peculiaridades essenciais para que se entenda sobre gênero? As ideologias devem servir ou não para grupos determinados de pessoas, mas o direito ele não é ideológico, pois precisa contemplar a todas as pessoas e não apenas a uma em detrimento de outra. E ainda, como podemos falar sobre as relações étnicas raciais quando a escola ainda não está empoderada suficientemente para trabalhar o direito dos sistemas de cotas e ainda encontramos discursos engessados que insistem em mascarar uma realidade já comprovada por tantas literaturas educacionais de que a escola não fora pensada para as pessoas negras, pobres ou mesmo para os indígenas, e tantos outros povos? Ainda precisamos lembrar incansavelmente que a escola foi pensada para o latifúndio, e que se hoje ela é ocupada pela diversidade étnica racial, ainda que de forma extremamente limitada, é por conta de uma resistência secular, que ainda sofre enfrentamentos diários, ora do próprio trato no universo escolar, ora da camada social oriunda desse latifúndio que se sente invadida pela maioria segregada e sem direitos que os legitimem o acesso e a permanência, como também pelos que pensam a educação, não sendo surpresa para nós que também estes pertençam ao latifúndio. Prova disso está contida na proposta do atual governo em instaurar uma *Escola Sem Partido*, e isso justifica nosso posicionamento em afirmar

que nem todas as mudanças propostas são para beneficiar a massa, como nos aponta os autores LEHER, VITTORIA e MOTTA (2017).

As proposições da Escola Sem Partido nos remetem para uma nova Idade Média onde a liberdade da ciência, da cultura e do conhecimento estão ameaçadas. Se na idade Média o discurso da Inquisição foi usado para combater todas as formas de “heresia” e para defender os privilégios das grandes propriedades e latifúndios, hoje vivemos uma história similar. A incapacidade de diálogo, de base teórica e empírica, dos ideólogos conservadores faz de toda forma de pensamentos independente e capaz de problematizar as ideologias dominantes uma “heresia”. (2017, p.23).

A obviedade de negação de direitos trazida pela proposta da *Escola Sem Partido* nos permite perceber que, ela tem nome e lugar, e estes são uma benesse para os que acreditam que ainda possam dominar a grande massa, priorizando seus interesses em detrimento dos interesses da grande massa, na tentativa de fazer cair, ou mesmo, extinguir a luta para que continue acontecendo a escola crítico e reflexiva, que visa legitimar desenvolvimentos com garantias equânimes, permitindo que os sujeitos se construam dentro do que se pede e deve ser prioritário para a condição humana, entendendo que esta não é fixa, dada a pluralidade de sua diversidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parte mais difícil desse trabalho é identificar o seu término. Falar sobre a família, em si já nos faz refletir que não há uma receita pronta que favoreça sua dinâmica, como também não existe um único formato, prova disso são as suas novas configurações. Mas, trazendo para nós em um sentido de Autopoieses, refletida por Mariotti (2000), é possível que dentro de cada sujeito exista uma força fenomenológica que possibilite sua reinvenção.

E por um final necessário para a conclusão do nosso trabalho, confiando na fenomenologia da existência humana, amparados ainda pela singularidade do sujeito, considerando todas as transformações as quais a família se sujeitou e as quais foram sujeitadas por intervenções jurídicas, sociais, educacionais, políticas, psicológica e etc., nos permite entender seu importante papel, que já nasce com o desafio de cuidar para que os seus arranjos e configurações coadunem com as regras e imposições de vários aspectos. Se o sujeito não consegue realizar um projeto sozinho, nem mesmo isolar-se e viver sozinho, mesmo considerando sua subjetividade e defesa, deverão observar que a família também não se faz sozinha que temos um amparo do qual copiamos das culturas, das quais nos tornamos sujeitos identitários e ainda temos uma lógica social, que infelizmente tem abandonado ou mesmo se afastado dos instrumentos essenciais para construção e desenvolvimento do sujeito, para cair no reducionismo das imposições, que nem sempre visam à equidade, a defesa e a garantia do direito fundamental a vida. Nesse sentido, a educação deverá ocupar o seu caráter social transformador, com seus construtos de sociedade que pode assumir seu papel e protagonismo para tais

mudanças. Obviamente, surgirão inúmeros obstáculos, entretanto, nos cabe perguntar: está mesmo a educação, através dos seus múltiplos papéis, preparada para tais desafios?

Pensando em um desafinar e afinar no sentido coletivo, espera-se que nosso trabalho sirva para instigar e ampliar as discussões acerca da temática e traga maiores inquietações acadêmicas no sentido de repensar todos os lugares discutidos aqui, fundamentalmente visando o fortalecimento dos vínculos familiares e a importância dos vínculos de pertencimento social que deve favorecer o protagonismo do sujeito no contexto sócio político, cultural e educacional.

REFERÊNCIAS

BOJUNGA. Lygia. **A Casa da Madrinha**. Coleção Literatura em Minha Casa. Editora Nova Fronteira, volume 3, 2002.

FARIAS, Cristiano Chaves. **Direito à família**. SI, 2001. Disponível em: www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_marco2004/docente/doc04.doc . Acessado em: 01 fev. 2017.

GIRARDI, Rosana Amara. **Em busca da família do novo milênio**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HALL. S. In: SILVA, Tomas Tadeu; WOODWARD. K. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEHER. Roberto. VITRORIA. Paolo. MOTTA. Vânia. **A Educação em Meio à Tormenta Política Econômica do Brasil**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, abril 2017.

LACAN, Jacques. **As formações do inconsciente**. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 1999.
MARIOTI, Humberto. Autopoiese, **Cultura e Sociedade**. 2000. Disponível em: http://www.institutoeu.com.br/arquivos/downloads/Autopoiese,_Cultura_e_Sociedade_08401.pdf. Acessado em 13 fev. 2017.

MUNANGA. Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. Departamento de Antropologia – USP. sd. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-eCidadania.pdf>. Acessado em 13 fev. 2017.

RANQUETAT. Cesar A. Ranquetat Jr. **Laicidade, Laicismo e Secularização: definindo e esclarecendo conceitos**. Mestre em Ciências Sociais pela PUC-RS e Doutorando em Antropologia Social pela UFRGS. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773>, visualizado em 11/01/2018. (Revista Sociais e Humanas (ISSN online 2317-1758)

SANTOS, Fernanda Valéria Gomes. **Família: Peça Fundamental na Ressocialização de Adolescentes em Conflito com a Lei?**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em: http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-06-19T083950Z97/Publico/Fernanda%20Santos_confrontado.pdf. Acessado em: 03 fev. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 15, n.2, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acessado em: 03 fev. 2017.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomas Tadeu. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea – uma perspectiva interdisciplinar**, Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ABSTRACT: At the heart of this study will be the search for an understanding of how education has been placed in the face of new family configurations and, consequently, how the school has been preparing to meet the demands of these new family formats. The understanding of the social sense is not fixed in limited aspects, it obeys the dynamics of the singular and social subject that seeks recognition of belonging, justified in its identity in the environment to which it is inserted. The aim of this study is not only to problematize the subject, but also to have the intentional bias of discussing this important familiarity between these two universes so important for the development of the subject who has in the family his or her first encounter of social belonging, and in the school through the multiple knowledges and processes of multidisciplinary, the extension of the sense of belonging, considering also the contribution of the other actors of the social field. Is the school and especially education prepared for such challenges?

KEYWORDS: Education. Family. Society. Identity. Belonging.

Sobre os autores

Adriano Amaro da Silva Graduando em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: adrianoamaro100@gmail.com

Alessandra Maia Lima Alves Professora do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, Membro do corpo docente do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF; Coordenadora do Grupo de Estudo Sistema de Ensino-Gese/UFJF; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Viçosa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; e-mail: alesandramaia@bol.com.br

Amanda Silva de Lima Advogada OAB/PB; Graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista voluntária no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: mandalimasl@gmail.com;

Ana Lúcia Andruchak, Professora Assistente na UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1994). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2007). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Pesquisadora na Área da Formação de Professores, Currículo, Ciclos de Formação Humana, Políticas Educacionais e Financiamento da Educação. Tem experiência na área da Educação Básica e na Formação docente, atuando principalmente nas seguintes temáticas: Didática, Currículo, Estágio Curricular Supervisionado, Metodologia Científica, História da Educação, Educação Infantil, Unidocência e disciplinas específicas para a Formação Docente.

Ana Paula Ferreira Agapito Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail para contato: anaagapito@fiponline.edu.br ou anaagapito@hotmail.com

Angely Dias da Cunha Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Arlene Benício de Melo Alves Professora da Educação Básica pela Prefeitura do Recife – PE; Coordenadora Municipal do Ensino Fundamental – Anos finais em

Igarassu – PE; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE; Pós-graduada em Psicopedagogia pela mesma instituição; Também apresenta especialização em Educação Especial Inclusiva; Já atuou como Orientadora de Estudo do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). E-mail: arlenebenicio@gmail.com

Bruno Neves da Silva Graduação em Bacharelado em Enfermagem pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras-PB. E-mail para contato: ufcgbruno@gmail.com.

Claudivania de Almeida Laurentino Graduanda em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: claudivania.almeida@hotmail.com

Constantin Xypas Professor Visitante da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas-PPGCISH/UERN; Licenciatura em Humanidades (Letras clássicas, História e Filosofia) da Universidade de Atenas, Grécia (1972); Graduação (1974), Mestrado (DEA) (1976) e Doutorado (1978) em Ciências da Educação na Universidade de Caen, França; Habilitation à Diriger des Recherches (Pós-Doutorado) em Ciências da Educação da Universidade de Paris 8, França (1999); membro da Rede Interdisciplinar e Interinstitucional Êxito Escolar, Empoderamento e Ascensão Social (RIEAS).

Danielle dos Santos Costa Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, *Campus* Santa Maria da Boa Vista; Graduação em Letras – Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Dannyel Brunno Herculano Rezende Professor de Sociologia do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) e Professor-Supervisor do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência / PIBID (Capes/UFRN). Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte / UFRN. Doutorando em Ciências Sociais pela mesma universidade (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / PPGCS). Membro do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos / UFRN. Áreas de interesse de pesquisa: Educação, Religião e Política (interfaces: Mídia e Política e Religião e Política). [E-mail: drezende@bol.com.br](mailto:drezende@bol.com.br)

Erivana D'Arc Daniel da Silva Ferreira Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro do corpo técnico-administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), *campus* Cariri; Especialização em Prática Docente no Ensino Superior pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do

Cariri (UFCA); – Grupo de pesquisa: Tecnologia Ambiental e Desenvolvimento Social; Ciências Aplicadas e Tecnologia (IFCE/*campus* Juazeiro do Norte); E-mail para contato: erivanadarc@gmail.com.

Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: fernandarmh@hotmail.com

Germana Lima de Almeida Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Bolsista da Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Hiago Felipe Lopes Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; E-mail para contato: hiagolog@gmail.com

Ilca Andrade de Lima Especialização em Educação Infantil pela Universidade Federal da Paraíba; Graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba; E-mail: ilca.adelima@hotmail.com

Iuska Kalianny Freire de Oliveira Graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Especialização em Assessoria de Imprensa pela Universidade Potiguar (UnP); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Jéfitha Kaliny dos Santos Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – E-mail: jeh_fitha@hotmail.com

Jonas Cordeiro de Araújo Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: jonas.adm2014@gmail.com

José Cleóstenes de Oliveira Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Prática Docente do Ensino Superior das Faculdades Integradas de Patos-PB; Graduado em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Pós-Graduado *Lato Sensu* em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado

de Oliveira (UIVERSO), Niterói-RJ; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; E-mail para contato: j.cleostenes@outlook.com

Josilene Queiroz de Lima Supervisora Educacional na rede municipal de Catolé do Rocha – PB. Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro do Grupo de Pesquisa Ateliê Sociológico Educação & Cultura. E-mail para contato: supervisorajosi@gmail.com

Liélia Barbosa Oliveira Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); E-mail para contato: lieliaoliveira@fiponline.edu.br ou lieliapb@hotmail.com

Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes É natural de São Luís – MA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Psicopedagogia e graduanda de Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA).

Manoel Dionizio Neto Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia e Educação (GEPEFE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaço e Tempo (GET); e-mail para contato: dionizioneto@uol.com.br.

Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Questões de Gênero e Educação para Cidadania pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrado em Educação pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); E-mail para contato: claudiafjuca1@hotmail.com

Maria do Carmo Barbosa de Melo Doutora em Educação, área de conhecimento de Metodologia do Ensino da História e das Ciências Sociais, pela Universidade do Minho (2007). Professora Adjunta M03 – II C, da Universidade de Pernambuco, no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação. Scrito-Sensu, Coordenadora Geral do PARFOR – UPE. Presidente regional do FORPARFOR Nordeste, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Cultura Afro-brasileira nas práticas pedagógicas; Concepções e práticas do Ensino de História e Consciências História/Consciência Social e História Ambiental.

Maria Viriândia de Moura Luz Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte;- Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e graduação em Bacharelado em Comunicação Social, ambas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *campus* de Picos; Especialização em Gestão Educacional pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); E-mail para contato: virlandialuz@gmail.com

Marineide da Mota Mercês Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Especialista em Psicologia Jurídica e Graduada do Curso Formação de Professores em Psicologia pela Faculdade FRASSINETTI do Recife – FAFIRE. Colaboradora da Comissão de Educação do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco 2ª Região – CRP 02. Psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Limoeiro – PE.

Miriam Raquel Piazzini Machado Professora Titular do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente da Especialização em Educação no Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pelas FCT/Unesp – Campus Presidente Prudente; Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; E-mail para contato: miriam.machado@ufjf.edu.br

Otacílio Gomes da Silva Neto Professor da Universidade Estadual da Paraíba; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2003); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal (2005); Doutorado pelo Programa Integrado de Doutorado em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Pernambuco (2017); Membro da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII; E-mail: otacilio.uepb@hotmail.com

Patrícia Cristina de Aragão Doutora em educação; Mestre em economia; Graduação em história; Graduação em psicologia; Professora do programa de pós-graduação em formação de professor; Professora do programa de pós-graduação em serviço social; Coordenadora do grupo de pesquisa história, cultura e ensino.

Raquel Martins Fernandes Mota Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa (cooperação técnica) / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (instituição de origem); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino da Universidade de Cuiabá e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Pós Doutorado em andamento em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; Grupo de pesquisa: Humanidades e

Sociedade Contemporânea do IFMT; E-mail para contato: raqueldejesus14@gmail.com

Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: rrsrgt24@gmail.com

Ronaldo Silva Júnior É natural de São Luís – MA. Graduado em Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Direito Penal e Direito do Consumidor pela Universidade Estácio de Sá. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA/Campus Pinheiro.

Rosiléa Agostinha de Araújo Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Língua, Linguística e Literatura pela Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP); Grupo de Pesquisa: Vivências de Inclusão na Educação; E-mail para contato: leia.uece@hotmail.com

Tercio Ramon Almeida Silva licenciatura plena em filosofia pela uepb; especialista em fundamentos da educação pela uepb; especialista em educação em direitos humanos pela UFPB; Mestre em formação de professores pela UEPB; Professor da rede pública estadual da Paraíba lotado na escola jornalista José Leal Ramos em São João do Cariri-PB; Supervisor do PIBID diversidade da UFCG CDSA campus Sumé-PB

Zélia Maria de Lima Pinheiro Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras - FECLI/Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Mestrado em Teologia, linha de pesquisa Educação Comunitária para Infância e Juventude, pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, RS; E-mail para contato: zeliamlp@gmail.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-79-0



9 788593 243790